CADERNO DE ENCARGOS

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

CONSULTA PRÉVIA

Centro Humberto Delgado

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

CAPÍTULO I

Disposições iniciais

Cláusula 1.º

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar no âmbito do procedimento para a realização da empreitada de "**Centro Humberto Delgado"**

I – ENQUADRAMENTO

Da memória descritiva:

Refere-se a presente memória descritiva e justificativa aos trabalhos a realizar nas Casa Berço e Memorial do Marechal Humberto Delgado em Boquilobo, no concelho de Torres Novas.

A 15 de maio de 1906 nasceu Humberto da Silva Delgado na casa agora designada de Casa Berço, a tratar como objecto singular, a preservar na íntegra, a que se anexa uma construção de um e dois pisos em alvenaria de tijolo, onde foi instalada a Casa Memorial, para evocação do personagem, onde se instalará uma biblioteca no corpo de dois pisos, de duplo pé direito, e uma sala de exposições no corpo adjacente de um piso.

Do conjunto consta ainda o logradouro, com 234,54 m2.

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

Em 1995 o conjunto foi intervencionado, sendo o critério o da reconstrução integral da Casa Berço e a instalação da Casa Memorial no anexo.

Casa Berço

Trata-se de uma construção em adobe (paredes exteriores) e taipa (paredes interiores), com um piso e uma área de 69 m2, e cobertura em telha canudo.

O espaço é dividido em 5 dependências: 1 sala com acesso direto à via pública, 1 cozinha com acesso direto à via publica e ao logradouro, 2 quartos com acesso a partir da sala, e uma dependência de arrumos ligada à cozinha.

A sala e os dois quartos têm o tecto forrado em tabuado de madeira e o pavimento em sobrado,

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

sendo o tecto da cozinha e dos arrumos em telha vã, com o pavimento em mosaico cerâmico.

Os vãos de porta exteriores são 3, iguais entre si, com folha, postigo e alizares em madeira pintada, e ferragens em ferro. Em qualquer das portas serão aplicadas rampas amovíveis em aço inoxidável antiderrapante, de forma a permitir o fácil acesso a pessoas que se deslocam em cadeira de rodas.

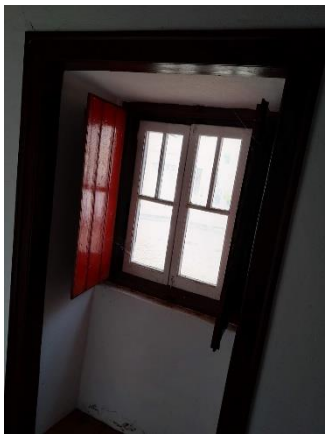
Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

Os vãos de porta interiores são iguais entre si, em madeira pintada e bandeira com 2 vidros, e ferragens em ferro.

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

A porta entre a cozinha e os arrumos, idênticas às anteriores, não tem bandeira.

Os vãos de janela são de dois tipos: 1, na sala, de maior dimensão, com 0,65x0,85, com duas folhas, portadas e alizares em madeira pintada,



e 3, em cada quarto e nos arrumos, com 0,46x0,46, com uma folha em madeira pintada e ferragens em ferro.

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

cozinha o fumeiro e chaminé encontram-se ainda em condições de ser restaurados.

Todo o edifício terá de ser avaliado quanto ao seu estado de conservação, sendo constatável a olho nu a necessidade de reparação/substituição de algum do vigamento da cobertura

e da parede do alçado lateral direito.

Toda a telha deverá ser removida e eventualmente substituída quando reposta.

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

Casa Memorial

Serão executadas todas as obras de manutenção de paredes e cobertura, não sendo previsível, a olho nu, a necessidade de qualquer substituição.

Quanto aos vãos exteriores, em caixilharia de ferro e vidro claro e colorido, serão objecto de manutenção e reparação de forma a repor a sua condição original.

Admite-se a substituição de ferragens que se revelem menos apropriadas à função, sendo as alternativas ser sujeitas a avaliação e aprovação do dono de obra.

Biblioteca

No espaço destinado à biblioteca serão instaladas as paredes, em pladur, indicadas nas peças desenhadas, onde serão praticadas duas aberturas, e aplicados dois placares com fichas de balanço.

Exposições

No espaço destinado a exposições serão demolidas e construídas as paredes em pladur conforme as peças desenhadas, para a instalação de uma instalação sanitária acessível a pessoas que se deslocam em cadeiras de rodas.

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

Todo o pavimento será reposto de acordo com o mapa de medições.

Equipamento

Na biblioteca será instalada uma estante de acordo com o desenho e dimensionamento que consta das peças desenhadas, sendo que os quatro elementos que a constituem serão protegidos por portas de correr em vidro.

Logradouro

O terreno será modulado e revestido de acordo com o mapa de medições e as peças desenhadas, sendo demolido o canteiro existente junto à parede Sul, e executada a montagem dos elementos em betão armado, aplicados sobre o muro existente.

De ter em consideração o projecto para a iluminação daqueles elementos, de acordo com proposta já elaborada e apresentada.

Acesso exterior (espaço público)

Construção da rampa de acesso (com 6% de inclinação) na via pública, bem como revestido o pavimento como descrito nas peças desenhadas e mapa de medições.

Cláusula 2.º

Disposições por que se rege a empreitada

1 - A execução do Contrato obedece:

a) Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;

b) Ao Código dos Contratos Públicos, doravante "CCP" na redação dada ao diploma pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, incluindo as respetivas atualizações;

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

c) Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e respetiva legislação complementar;

d) À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;

e) Às regras da arte;

2 - Para efeitos do disposto na alínea *a)* do número anterior, consideram-se integrados no Contrato:

a) O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código;

b) Os suprimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no n.º3 do artigo 50 do referido diploma legal;

c) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;

d) O caderno de encargos;

e) O projeto de execução;

f) A proposta adjudicada;

g) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo empreiteiro;

h) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

Cláusula 3.º

Interpretação dos documentos que regem a empreitada

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

1 - No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas *b)* a *h)* do n.º 2 da cláusula anterior, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.

2 - Em caso de divergência entre o caderno de encargos e o projeto de execução, prevalece o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e técnicas de execução da empreitada e o segundo em tudo o que respeita à definição da própria obra.

3 - No caso de divergência entre as várias peças do projeto de execução

a) As peças desenhadas prevalecem sobre todas as outras quanto à localização, às características dimensionais da obra e à disposição relativa das suas diferentes partes.

b) As folhas de medição discriminadas e referenciadas e os respetivos mapas resumo de quantidades de trabalhos prevalecem sobre quaisquer outras no que se refere à natureza e quantidade dos trabalhos, sem prejuízo do disposto nos artigos 50º do CCP;

c) Em tudo o mais prevalece o que constar da memória descritiva e das restantes peças do projeto de execução;

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas *b)* a *h)* do n.º 2 da cláusula anterior e o clausulado contratual, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.

5 – As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma eletrónica de contratação, em caso de divergência, nos termos do n.º 5 do artigo 40.º do CCP.

Cláusula 4.º

Esclarecimento de dúvidas

1 - As dúvidas que o empreiteiro tenha na interpretação dos documentos por que se rege a empreitada devem ser submetidas ao diretor de fiscalização da obra antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam.

2 - No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o empreiteiro submetê-las imediatamente ao diretor de fiscalização da

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.

3 – O incumprimento do disposto no número anterior torna o empreiteiro responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha refletido.

Cláusula 5.º

Projeto de execução

1 - O projeto de execução a considerar para a realização da empreitada é o patenteado no procedimento.

CAPÍTULO II

Obrigações do empreiteiro

SECÇÃO I
Preparação e planeamento dos trabalhos

Cláusula 6.º

Preparação e planeamento da execução da obra

1 - O empreiteiro é responsável:

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

a) Perante o dono da obra pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde, e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição de acordo com o disposto no DL 46/2008 de 12/03;

b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento indicado na alínea *f)* do n.º 4 da presente cláusula.

2 - A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais (excetuam-se os mosaicos cerâmicos) e os meios humanos, técnicos e equipamentos, competem ao empreiteiro.

3 - O empreiteiro realiza todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente:

a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro;

b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;

c) Trabalhos de restabelecimento por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que sejam indispensáveis alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;

d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste.

4 - A preparação e o planeamento da execução da obra compreendem ainda:

a) A apresentação pelo empreiteiro ao dono da obra de quaisquer dúvidas relativas aos materiais, aos métodos e às técnicas a utilizar na execução da empreitada;

b) O esclarecimento dessas dúvidas pelo dono da obra;

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

c) A apresentação pelo empreiteiro de reclamações relativamente a erros e omissões do projeto que sejam detetados nessa fase da obra, nos termos previstos no nº 4 do artigo 378º do CCP.

d) A apreciação e decisão do dono da obra das reclamações a que se refere a alínea anterior;

e) O estudo e definição pelo empreiteiro dos processos de construção a adotar na realização dos trabalhos;

f) A elaboração de documento do qual conste o desenvolvimento prático do plano se segurança e saúde, devendo analisar, desenvolver e complementar as medidas aí previstas, em função do sistema utilizado para a execução da obra, em particular as tecnologias e a organização de trabalhos utilizados pelo empreiteiro;

Cláusula 7.º

Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos

1 - O dono da obra pode modificar em qualquer momento o plano de trabalhos em vigor por razões de interesse público.

2 – No caso previsto no número anterior, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato em função dos danos sofridos em consequência dessa modificação, mediante reclamação a apresentar no prazo de 30 dias a contar da data da notificação da mesma, que deve conter os elementos referidos no n.º 3 do artigo 354.º do CCP.

3 – Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.

4 - Sem prejuízo do número anterior, em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respetivos prazos parcelares, o dono da obra pode notificar o empreiteiro para apresentar, no prazo de dez dias, um plano de trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado.

5 - Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

6 - Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 373.º do CCP, o dono da obra pronuncia-se sobre as alterações propostas pelo empreiteiro ao abrigo dos nºs 3 e 4 da presente cláusula no prazo de dez dias, equivalendo a falta de pronúncia a aceitação do novo plano.

7 – Em qualquer dos casos previstos nos números anteriores, o plano de trabalhos modificado apresentado pelo empreiteiro deve ser aceite pelo dono da obra desde que dele não resulte prejuízo para a obra ou prorrogação dos prazos de execução.

8 - Sempre que o plano de trabalhos seja modificado, deve ser feito o consequente reajustamento do plano de pagamentos.

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

O II

Prazos de execução

Cláusula 8.º

Prazo de execução da empreitada

1 - O empreiteiro obriga-se a:

a) Iniciar a execução da obra na data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial ou ainda da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior;

b) Cumprir todos os prazos parciais vinculativos de execução previstos no plano de trabalhos em vigor;

c) Preparar a obra, de forma a solicitar a realização de vistoria da mesma para efeitos da sua receção provisória, no prazo estipulado legalmente.

2 - No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor, imputáveis ao empreiteiro, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.

3 - Em nenhum caso serão atribuídos prémios ao empreiteiro.

Cláusula 9.º

Cumprimento do plano de trabalhos

1 - O empreiteiro informa semanalmente o diretor de fiscalização da obra dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor.

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

2 - Quando os desvios assinalados pelo empreiteiro, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, o diretor de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.

3 - No caso de o empreiteiro retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável o disposto no n.º 3 da cláusula 7.º.

Cláusula 10.º

Multas por violação dos prazos contratuais

1 - Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1 ‰ do preço contratual.

2 - No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no n.º 1, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade.

3 – O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do Contrato.

Cláusula 11.º

Atos e direitos de terceiros

1 - Sempre que o empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 2 dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o diretor de fiscalização da obra, a fim de o dono da obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.

2 - No caso de os trabalhos a executar pelo empreiteiro serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao director de fiscalização da obra, para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

SECÇÃO III

Condições de execução da empreitada

Cláusula 12.º

Condições gerais de execução dos trabalhos

1 - A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas.

2 – Relativamente às técnicas construtivas a adotar, o empreiteiro fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da cláusula 2.º.

3 - O empreiteiro pode propor ao dono da obra a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente caderno de encargos e no projeto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra.

Cláusula 13.º

Erros ou omissões do projeto e de outros documentos

1 - O empreiteiro deve comunicar ao diretor de fiscalização da obra quaisquer erros ou omissões dos elementos da solução da obra por que se rege a execução dos trabalhos, bem como das ordens, avisos e notificações recebidas.

2 - O empreiteiro tem a obrigação de executar todos os trabalhos de suprimento de erros e omissões que lhe sejam ordenados pelo dono da obra, o qual deve entregar ao empreiteiro todos os elementos necessários para esse efeito, salvo, quanto a este último aspeto, quando o empreiteiro tenha a obrigação pré-contratual ou contratual de elaborar o projeto de execução.

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

3 - Só pode ser ordenada a execução de trabalhos complementares para suprimento de erros e omissões nos termos do disposto no n. º2 do artigo 370.º do CCP.

4 - O dono da obra é responsável pelo pagamento dos trabalhos complementares de suprimento dos erros e omissões resultantes dos elementos que tenham sido por si elaborados ou disponibilizados ao empreiteiro.

5 - O empreiteiro deve, no prazo de 60 dias contados da data da consignação total, reclamar sobre a existência de erros ou omissões do caderno de encargos, salvo dos que só sejam detetáveis durante a execução da obra, sob pena de ser responsável por suportar metade do valor dos trabalhos complementares de suprimento desses erros e omissões.

6 - O empreiteiro é ainda responsável pelos trabalhos complementares que se destinem ao suprimento de erros e omissões que, não sendo exigível a sua deteção na fase de formação do contrato, também não tenham sido por ele identificados no prazo de 30 dias a contar da data em que lhe fosse exigível a sua deteção.

Cláusula 14.º

Alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro

1 - Sempre que propuser qualquer alteração ao projeto, o empreiteiro deve apresentar todos os elementos necessários à sua perfeita apreciação.

2 - Os elementos referidos no número anterior devem incluir, nomeadamente, a memória ou nota descritiva e explicativa da solução seguida, com indicação das eventuais implicações nos prazos e custos e, se for caso disso, peças desenhadas e cálculos justificativos e especificações de qualidade da mesma.

3 – Não podem ser executados quaisquer trabalhos nos termos das alterações ao projeto propostas pelo empreiteiro sem que estas tenham sido expressamente aceites pelo dono da obra.

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

Cláusula 15.º

Menções obrigatórias no local dos trabalhos

1 - Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra e do empreiteiro, com menção do respetivo alvará ou número de título de registo e manter cópia dos alvarás ou títulos de registo dos subcontratados ou dos documentos previstos na referida alínea, consoante os casos.

2 - O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projeto, do caderno de encargos, do clausulado contratual e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.

3 - O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.

4 - Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.

Cláusula 16.º

Ensaios

1 – Não está previsto a realização de ensaios em obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos.

2 - Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode exigir a realização de quaisquer ensaios que se justifiquem e que constituem encargo do empreiteiro.

3 - No caso de os resultados dos ensaios referidos no número anterior se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do dono da obra.

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

Cláusula 17.º

Medições

1 - As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no programa e os trabalhos não devidamente ordenados pelo dono da obra são feitas no local da obra com a colaboração do empreiteiro e são formalizados em auto.

2 - As medições são efetuadas mensalmente, devendo estar concluídas até ao oitavo dia do mês imediatamente seguinte àquele a que respeitam.

3 - Os métodos e os critérios a adotar para a realização das medições respeitam a seguinte ordem de prioridades:

a) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;

b) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o dono da obra e o empreiteiro.

Cláusula 18.º

Patentes, licenças, marcas de fabrico ou de comércio e desenhos registados

1 - Salvo no que respeite a materiais e elementos de construção que sejam fornecidos pelo dono da obra correm inteiramente por conta do empreiteiro os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização na execução da empreitada de materiais, de elementos de construção ou de processos de construção a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial.

2 - No caso de o dono da obra ser demandado por infração na execução dos trabalhos de qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o empreiteiro indemniza-o por todas as despesas que, em consequência, deva suportar e por todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

Cláusula 19.º

Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra

1 - O dono da obra reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no Contrato, ainda que sejam de natureza idêntica à dos contratados.

2 - Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o diretor de fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução do Contrato ou outros prejuízos.

3 - Quando o empreiteiro considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no n.º 1, deve apresentar a sua reclamação no prazo de dez dias a contar da data da ocorrência, a fim de serem adotadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.

4 - No caso de verificação de atrasos na execução da obra ou outros prejuízos resultantes da realização dos trabalhos previstos no n.º 1, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, de acordo com os artigos 282.º e 354.º do CCP, a efetuar nos seguintes termos:

a) Prorrogação do prazo do Contrato por período correspondente ao do atraso eventualmente verificado na realização da obra, e;

b) Indemnização pelo agravamento dos encargos previstos com a execução do Contrato que demonstre ter sofrido.

Cláusula 20.º

Outros encargos do empreiteiro

1 - Correm inteiramente por conta do empreiteiro a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à receção definitiva dos trabalhos em consequência do modo de execução destes últimos, da atuação do

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

pessoal do empreiteiro ou dos seus subempreiteiros e fornecedores e do deficiente comportamento ou da falta de segurança das obras, materiais, elementos de construção e equipamentos;

2 - Constituem ainda encargos do empreiteiro a celebração dos contratos de seguros indicados no presente caderno de encargos a constituição das cauções exigidas no programa do procedimento e as despesas inerentes à celebração do Contrato.

SECÇÃO IV

Pessoal

Cláusula 21.º

Obrigações gerais

1 - São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.

2 - O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra, do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.

3 - A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o empreiteiro o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.

4 - As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano.

Cláusula 22.º

Horário de trabalho

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

O empreiteiro pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente, se necessária, nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa ao diretor de fiscalização da obra.

Cláusula 23.º

Segurança, higiene e saúde no trabalho

1 - O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.

2 - O empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.

3 - No caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor de fiscalização da obra pode tomar, à custa dele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do empreiteiro.

4 - Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor de fiscalização da obra o exija, o empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos no n.º 1 da cláusula 32.º.

5 - O empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o diretor de fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra.

CAPÍTULO III

Obrigações do dono da obra

Cláusula 24.º

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

Preço e condições de pagamento

1 - Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato, deve o dono da obra pagar ao empreiteiro a quantia respeitante à proposta adjudicada a qual não pode exceder **135.000,00 €**, acrescida de IVA à taxa legal em vigor, no caso de o empreiteiro ser sujeito passivo desse imposto pela execução do Contrato.

2 - Os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições, mensais a realizar de acordo com o disposto na cláusula 18.º.

3 - Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura.

4 - As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo diretor de fiscalização da obra.

5 - Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo diretor de fiscalização da obra condicionada à realização completa daqueles.

6 - No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor de fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.

7 - O pagamento dos trabalhos complementares é feito nos termos previstos nos números anteriores, mas com base nos preços que lhes forem, em cada caso, especificamente aplicáveis, nos termos do artigo 373.º do CCP.

Cláusula 25.º

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

Adiantamentos ao empreiteiro

1 – Na presente empreitada não são admitidos adiantamentos ao empreiteiro.

Cláusula 26.º

Mora no pagamento

Em caso de atraso do dono da obra no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual, tem o empreiteiro direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.

Cláusula 27.º

Revisão de preços

1 - A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de Janeiro, na modalidade de fórmula polinomial.

2 - A revisão de preços obedece à fórmula **F06 – Reabilitação média de edifícios,** publicada no Diário da República n.º 260, de 05 de novembro de 2004, através do Despacho n.º 22 638/2004 (2.ª série).

3 - Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos.

SECÇÃO VI

Seguros

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

Cláusula 28.º

Contratos de seguro

1 - O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado, a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo que o pessoal contratado pelos subempreiteiros possui seguro obrigatório de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.

2 - O empreiteiro e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do Contrato, as apólices de seguro previstas nas cláusulas seguintes e na legislação aplicável, das quais deverão exibir cópia e respetivo recibo de pagamento de prémio na data da consignação.

3 - O empreiteiro é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.

4 - Sem prejuízo do disposto no n.º 3 da cláusula seguinte, o empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro referidas no n.º 1 válidas até ao final à data da receção provisória da obra ou, no caso do seguro relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares afetas à obra ou ao estaleiro, até à desmontagem integral do estaleiro.

5 - O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das apólices previstas na presente secção ou na legislação aplicável, não se admitindo a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição daquelas cópias e recibos.

6 -Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas na presente secção e restante legislação aplicável constituem encargo único e exclusivo do empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.

7 - Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do empreiteiro perante o dono da obra e perante a lei.

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

8 - Em caso de incumprimento por parte do empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e/ou por ele suportados.

Cláusula 29.º

Outros sinistros

1 - O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria por si afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros e de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como apresentar comprovativo que os veículos afetos à obras pelos subempreiteiros se encontra segurado.

2 - O empreiteiro obriga-se ainda a celebrar um contrato de seguro relativo aos danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar no estaleiro, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamentos fixos ou móveis, onde devem ser garantidos os riscos de danos próprios.

3 - O capital mínimo seguro pelo contrato referido nos números anteriores deve perfazer, no total, um capital seguro que não pode ser inferior ao capital mínimo seguro obrigatório para os riscos de circulação (ramo automóvel).

4 - No caso dos bens imóveis referidos no n.º 2, a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respetivo valor patrimonial.

CAPÍTULO IV

Representação das partes e controlo da execução do contrato

Cláusula 30.º

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

Representação do empreiteiro

1 - Durante a execução do Contrato, o empreiteiro é representado por um diretor de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2 - O empreiteiro obriga-se, sob reserva de aceitação pelo dono da obra, a confiar a sua representação a um técnico com a seguinte qualificação mínima: **Engenheiro Técnico Civil**.

3 - Após a assinatura do Contrato e antes da consignação, o empreiteiro confirmará, por escrito, o nome do diretor de obra, indicando a sua qualificação técnica e ainda se o mesmo pertence ou não ao seu quadro técnico, devendo esta informação ser acompanhada por uma declaração subscrita pelo técnico designado, com assinatura reconhecida, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade.

4 - As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao diretor de obra.

5 - O diretor de obra acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.

6 - O dono da obra poderá impor a substituição do diretor de obra, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito.

7 - Na ausência ou impedimento do diretor de obra, o empreiteiro é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o diretor de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.

8 – O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho e, em particular, pela correta aplicação do documento referido na alínea f) do nº 4 da cláusula 6º.

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

Cláusula 31.º

Representação do dono da obra

1 - Durante a execução o dono da obra é representado por um diretor de fiscalização da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no caderno de encargos ou no Contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.

2 - O dono da obra notifica o empreiteiro da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.

3 - O diretor de fiscalização da obra tem poderes de representação do dono da obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo empreiteiro nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do Contrato.

Cláusula 32.º

Livro de registo da obra

1 - O empreiteiro organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor de fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.

2 – Os factos a consignar obrigatoriamente no registo da obra são, para além dos referidos no nº 3 do art. 304º e no nº 3 do art. 305º do CCP aqueles que o diretor de fiscalização achar mais conveniente durante a execução da obra.

3 - O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do diretor da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo diretor de fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

CAPÍTULO V

Receção e liquidação da obra

Cláusula 33.º

Receção provisória

1 - A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.

2 - No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.

3 – O procedimento de receção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP.

Cláusula 34.º

Prazo de garantia

1 - O prazo de garantia, contado da data da realização da receção provisória da obra, varia de acordo com o defeito da obra, nos seguintes termos:

a) 5 anos, no caso de defeitos relativos a elementos construtivos
b) 2 anos, no caso de defeitos relativos a equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis.

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

2 - Caso tenham ocorrido receções provisórias parcelares, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.

3 - Excetuam-se do disposto no n.º 1 as substituições e os trabalhos de conservação que derivem do uso normal da obra ou de desgaste e depreciação normais consequentes da sua utilização para os fins a que se destina.

Cláusula 35.º

Receção definitiva

1 – No final do prazo de garantia previsto na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.

2 - Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.

3 - A receção definitiva depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:

a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização, da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;

b) Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.

4 - No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a sua correção dos problemas detetados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Cláusula 36.º

Deveres de informação

1 - Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé.

2 - Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.

3 - No prazo de dez dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do Contrato.

Cláusula 37.º

Subcontratação e cessão da posição contratual

1 – O empreiteiro pode subcontratar as entidades identificadas na proposta adjudicada, desde que se encontrem cumpridos os requisitos constantes dos nºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.

2 – O dono da obra apenas pode opor-se à subcontratação na fase de execução quando não estejam verificados os limites constantes do artigo 383.º do CCP, ou quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do Contrato.

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

3 - Todos os subcontratos devem ser celebrados por escrito e conter os elementos previstos no artigo 384.º do CCP, devendo ser especificados os trabalhos a realizar e expresso o que for acordado quanto à revisão de preços.

4 - O empreiteiro obriga-se a tomar as providências indicadas pelo diretor de fiscalização da obra para que este, em qualquer momento, possa distinguir o pessoal do empreiteiro do pessoal dos subempreiteiros presentes na obra.

5 - O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os subcontratados e terceiros.

6 - No prazo de cinco dias após a celebração de cada contrato de subempreitada, o empreiteiro deve, nos termos do n.º 3 do artigo 385.º do CCP, comunicar por escrito o facto ao dono da obra, remetendo-lhe cópia do contrato em causa.

7 - A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.

8 - A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.

Cláusula 38.º

Resolução do contrato pelo dono da obra

1 - Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o dono da obra pode resolver o contrato nos seguintes casos:

a) Incumprimento definitivo do Contrato por facto imputável ao empreiteiro;

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

b) Incumprimento, por parte do empreiteiro, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;

c) Oposição reiterada do empreiteiro ao exercício dos poderes de fiscalização do dono da obra;

d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no Contrato, desde que a exigência pelo empreiteiro da manutenção das obrigações assumidas pelo dono da obra contrarie o princípio da boa fé;

e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;

f) Incumprimento pelo empreiteiro de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

g) Não renovação do valor da caução pelo empreiteiro, nos caso em que a tal esteja obrigado;

h) O empreiteiro se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;

i) Se o empreiteiro, de forma grave ou reiterada, não cumprir o disposto na legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho;

j) Se, tendo faltado à consignação sem justificação aceite pelo dono da obra, o empreiteiro não comparecer, após segunda notificação, no local, na data e na hora indicados pelo dono da obra para nova consignação desde que não apresente justificação de tal falta aceite pelo dono da obra;

k) Se ocorrer um atraso no início da execução dos trabalhos imputável ao empreiteiro que seja superior a 1/40 do prazo de execução da obra;

l) Se o empreiteiro não der início à execução dos trabalhos a mais decorridos 15 dias da notificação da decisão do dono da obra que indefere a reclamação apresentada por aquele e reitera a ordem para a sua execução;

m) Se houver suspensão da execução dos trabalhos pelo dono da obra por facto imputável ao empreiteiro ou se este suspender a execução dos trabalhos sem fundamento e fora dos casos previstos no n.º 1 do artigo 366.º do CCP, desde que da suspensão advenham graves prejuízos para o interesse público;

n) Se ocorrerem desvios ao plano de trabalhos nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 404.º do CCP;

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

o) Se não foram corrigidos os defeitos detetados no período de garantia da obra ou se não for repetida a execução da obra com defeito ou substituídos os equipamentos defeituosos, nos termos do disposto no artigo 397.º do CCP;

p) Por razões de interesse público, devidamente fundamentado.

2 - Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do empreiteiro, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do dono da obra poder executar as garantias prestadas.

3 - No caso previsto na alínea *q)* do n.º 1, o empreiteiro tem direito a indemnização correspondente aos danos emergentes e aos lucros cessantes, devendo, quanto a estes, ser deduzido o benefício que resulte da antecipação dos ganhos previstos.

4 - A falta de pagamento da indemnização prevista no número anterior no prazo de 30 dias contados da data em que o montante devido se encontre definitivamente apurado confere ao empreiteiro o direito ao pagamento de juros de mora sobre a respetiva importância.

Cláusula 39.º

Resolução do contrato pelo empreiteiro

1 - Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o empreiteiro pode resolver o contrato nos seguintes casos:

a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;

b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao dono da obra;

c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pelo dono da obra por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;

d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual do dono da obra, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;

Rua ... ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

e) Incumprimento pelo dono da obra de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;

f) Se não for feita consignação da obra no prazo de seis meses contados da data da celebração do contrato por facto não imputável ao empreiteiro;

g) Se, havendo sido feitas uma ou mais consignações parciais, o retardamento da consignação ou consignações subsequentes acarretar a interrupção dos trabalhos por mais de 120 dias, seguidos ou interpolados;

h) Se, avaliados os trabalhos complementares e os trabalhos a menos, relativos ao contrato e resultantes de actos ou factos não imputáveis ao empreiteiro, ocorrer uma redução superior a 20% do preço contratual;

i) Se a suspensão da empreitada se mantiver:

i. Por período superior a um quinto do prazo de execução da obra, quando resulte de caso de força maior;

ii. Por período superior a um décimo do mesmo prazo, quando resulte de facto imputável ao dono da obra;

j) Se, verificando-se os pressupostos do artigo 354.º do CCP, os danos do empreiteiro excederem 20% do preço contratual.

2 - No caso previsto na alínea *a)* do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do empreiteiro ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.

3 - O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

4 - Nos casos previstos na alínea *c)* do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao dono da obra, produzindo efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o dono da obra cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

Cláusula 40.º

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 41.º

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 42.º

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

TÍTULO II – CLÁUSULAS ESPECIAIS DO CADERNO DE ENCARGOS

1 -Estaleiros e instalações provisórias

1.1 - O estaleiro deve ser montado com método, segundo plano sujeito à aprovação da fiscalização, e de modo a que a obra mostre sempre arrumo e ordenação, que permita a maior eficiência e rentabilidade e deve cumprir as normas de Segurança e Saúde em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei nº 273/2003 de 29 de Outubro.

1.2 - Deverá haver, bem definidas, para cada fase da empreitada, zonas de trabalhos, de aparcamento de máquinas, de armazéns e depósitos de materiais, dormitórios, sentinas e outras instalações para o pessoal e Fiscalização, em conformidade com o Plano de Segurança e Saúde do empreendimento, a apresentar para homologação.

1.3 - O adjudicatário submeterá à apreciação da fiscalização, no prazo de sete dias contados da data da consignação, o Plano de Segurança e Saúde do Estaleiro da Obra que deve conter para cada fase da empreitada, os traçados dos acessos e caminhos de evacuação, vias internas de circulação, das instalações provisórias de águas, esgotos, energia e telefone e a localização das instalações e equipamentos a seguir indicados:

- Instalações sanitárias coletivas e sistema de eliminação ou encaminhamento do esgoto respetivo.
- Refeitório e, eventualmente, alojamento de pessoal;
- Posto para prestação dos primeiros socorros;
- Armazéns e/ou parque de materiais;
- Gruas e betoneiras, e outro equipamento necessário à execução dos trabalhos;
- Escritórios, a localizar junto às instalações da fiscalização, que deverão incluir telefone fixo e fax, um dos quais nas instalações da fiscalização.

Este Plano deve respeitar em geral a legislação em vigor.
O Dono da Obra aprovará ou proporá alterações no prazo de 7 dias.
O Adjudicatário nomeará o Técnico de Segurança no ato da consignação.

1.4 - O Empreiteiro deverá assegurar e manter em funcionamento instalações provisórias suficientemente sólidas para:

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

a) Instalações para a Fiscalização e Dono de Obra, com a área mínima de 12,00 m2 equipada com 1 estirador e banco, secretária e cadeira, mesa de reunião com 1.20x0.90 m e 5 cadeiras e cabides, bem como instalação sanitária (ap. 4 m2) devidamente apetrechada. A zona exterior da entrada disporá de:

- 1 Pala de proteção;
- 1 Limpa-pés junto à porta;
- 1 Tanque para limpeza de botas;
- Iluminação da zona;
- Aquecedor, ventoinhas ou Termo ventiladores;
- Água engarrafada.

b) Instalações para o pessoal e instalações sanitárias que obedeçam às prescrições sanitárias em vigor e ao Regulamento das Instalações Provisórias destinadas ao Pessoal empregado nas obras (Decreto nº 46 427 de 10 de julho de 1965);

c) Vedação do recinto da obra, com prumos de madeira ou metálicos e rede eletrossoldada (tipo malhasol), incluindo tapumes de madeira ou metálicos com dois metros de altura mínima, a executar no prazo de 15 dias contados da data da consignação, por forma a não provocar quaisquer acidentes em pessoas, veículos ou edificações a ela estranhas

d) Execução e afixação em local visível, a indicar pela Fiscalização, de duas placas, uma designatória da empreitada, Dono da Obra, Entidade Financiadora, data contratual de conclusão e demais inscrições a indicar pelo Dono da Obra, e outra a dar cumprimento ao disposto no Regulamento (CE) nº 1.828/2006 da Comissão, de 8 de dezembro de 2006 nomeadamente ao seu ponto 6.1 – Painéis. Estas placas terão o tipo de letra a indicar pela Fiscalização segundo modelos superiormente aprovados, e as suas dimensões nunca serão inferiores às da placa de identificação do adjudicatário. As placas dos subempreiteiros do adjudicatário não poderão exceder metade da dimensão da deste último.

1.5 - As Instalações referidas em a), b), deverão ser constituídas por edifícios fechados, que ofereçam segurança e proteção contra as intempéries e a humidade do solo, devendo ficar garantido o escoamento de águas que afetem o estaleiro. Todas as instalações provisórias, destinadas ao funcionamento dos serviços exigidos pela execução da empreitada, só poderão ser utilizadas depois do Dono da obra as haver aprovado.

A utilização de qualquer parte da obra para alguma das instalações referidas carece de autorização prévia do Dono da obra.

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

1.6 - Todos os encargos com a construção, manutenção e desmontagem do estaleiro, respetivos acessos e serventias internas e das instalações da fiscalização para cada fase da empreitada, incluindo indemnizações, e licenças que, eventualmente, haja a pagar, assim como os encargos com consumos de água, gás, eletricidade e telefone, são da conta do adjudicatário considerando-se incluídos no preço da proposta.

1.7 - São ainda da conta do adjudicatário a limpeza diária das instalações da Fiscalização, a reparação ou substituição do equipamento aí existente (a efetuar no prazo máximo de 30 dias, após comunicação da Fiscalização).

1.8. - O adjudicatário procederá à desmontagem do estaleiro e das instalações da fiscalização. Terá concluído a remoção de andaimes, entulhos, materiais de construção e resposta a terra vegetal inicialmente retirada, no prazo de 10 dias contados a partir da conclusão da empreitada. Terminado este prazo o Dono da obra mandará executar esses trabalhos por conta e risco do Empreiteiro.

1.9 - São da conta do adjudicatário, considerando-se incluídos no valor da sua proposta, todos os trabalhos de reparação e reposição de elementos danificados, instalações ou construções afetadas durante a execução da obra, quando de ampliações ou remodelações, com ocupação ou utilização de áreas envolventes à obra os quais devem ficar concluídos no prazo de 22 dias a partir da conclusão da obra.

2. Controle do plano de trabalhos

2.1 - O Empreiteiro informará mensalmente a Fiscalização, sobre desvios ou atrasos dos trabalhos em relação às previsões do plano aprovado em vigor, bem como das modificações consideradas indispensáveis para recuperar os atrasos eventualmente verificados ou beneficiar dos avanços conseguidos.

2.2 - A fim De assegurar o controlo de execução da obra é necessário que:

2.2.1 - O adjudicatário colabore com informações necessárias ao preenchimento diário das fichas de execução de intervenção e das fichas de atividade das equipas de pessoal de cada trabalho.
Estas fichas serão entregues, semanalmente à Fiscalização.

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

2.2.2 - O adjudicatário promova as diligências para o rápido e eficiente cumprimento das medidas que forem determinadas pela Fiscalização.

2.2.3 - No controle de execução, o adjudicatário é como sempre, o único responsável, perante a fiscalização, pela atuação dos seus subempreiteiros e dos seus fornecedores de materiais e equipamentos. No entanto, deve assinalar todas as atividades relacionadas com aqueles colaboradores apresentando à fiscalização os respetivos programas de intervenção integrados no plano e nos prazos definidos, atendendo à interdependência das tarefas a executar e os respetivos caminhos críticos.

3. Registos em livro da obra

3.1-O Empreiteiro obrigar-se-á a ter na obra e sempre em dia, um livro de registo da mesma, rubricado pela Fiscalização e no qual constem:

- Zonas onde foram executados trabalhos, sua natureza e quantidade;
- Erros ou omissões que o Empreiteiro julgue existirem no projeto;
- Dúvidas surgidas na interpretação das peças escritas e desenhadas no projeto; observações e esclarecimentos da equipa projetista;
- Factos impeditivos do cumprimento do plano de trabalhos aprovado;
- Atrasos verificados em relação ao Plano de Trabalhos e quais as medidas tomadas para a sua recuperação;
- Alterações ao projeto introduzidas pelo Dono da Obra;
- Avisos e notificações do Dono da Obra;
- Todos os factos considerados relevantes para a vida da obra.

3.2 - No livro de registo da obra, além dos problemas surgidos no desenvolvimento dos trabalhos e de cuja resolução possa depender o bom andamento da empreitada, deverão obrigatoriamente ficar consignadas:

- As datas do início e conclusão das fases definidas no Plano de Trabalhos;
- Os desvios em relação às datas previstas;
- As razões que eventualmente os justifiquem.

Deverá ser registado pela fiscalização o seguinte:

- As medidas de recuperação, em relação a cada atraso verificado;

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

- As datas de entrega de amostras de materiais;
- As respetivas aprovações, devendo ser referidas as rejeições que, eventualmente, tenham lugar.
- Os boletins de ensaio relativo à obra, data e decisão da receção;
- As datas de ensaios e verificações em obra;
- As ordens de suspensão de trabalhos;
- Os atrasos na entrega pela Fiscalização de elementos sendo referidas as causas;
- A eventual falta de decisão da Fiscalização deve também ser registada como o devem ser as deficiências de direção técnica do adjudicatário.

3.3 – O livro da obra será entregue ao Dono da obra no ato da receção provisória.

§ Único - Os registos em atas de coordenação consideram-se para todos os efeitos legais como sendo em livro de registo de Obra. Assim, todas as atas deverão ser registadas no referido livro, pelo que serão consideradas como nele totalmente reproduzidas, para todos os efeitos legais.

4. Ensaios, verificações e interdições

4.1 - Ensaios – Os ensaios a realizar, são os que constam nos regulamentos em vigor e nas CONDIÇÕES TÉCNICAS ESPECIAIS E MATERIAIS do Caderno de Encargos, nomeadamente ensaios de materiais e equipamentos que eventualmente seja necessário efetuar, com vista a definir as suas qualidades e características e os ensaios de todas as redes previstas no projeto.

Serão da conta do adjudicatário a realização de todos os ensaios de materiais, de qualidade e características, que serão efetuados em laboratório escolhido por acordo com o Dono da obra ou se tal acordo não for possível, num laboratório oficial.

4.2 – Verificações – O desempeno de todas as superfícies (de betão, alvenaria ou outras) não pode exceder 0,2%, verificado pela aplicação de uma régua de dois metros de comprimento colocada em qualquer posição sobre essa superfície.

4.3 – Interdições - É interdita a utilização de tirantes para fixação de cofragens de betão que não sejam amovíveis e retirados aquando da desconfrangem.

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

5. Regulamentos e documentos normativos a observar para a execução dos diferentes trabalhos.

5.1 - Referem-se os seguintes Regulamentos e Normas a cumprir relacionados com os trabalhos a realizar:

- Regulamento de Segurança no Trabalho da Construção Civil (Decreto-Lei nº 41820 e Decreto-Lei nº 41821, de 11 de Agosto de 1958;
- Regulamento das Instalações Provisórias Destinadas ao pessoal Empregado nas Obras (Decreto nº46627, de 10 de Julho de 1965);
- Decreto-Lei nº 273/2003 de 29 de Outubro (Regulamenta as Prescrições Mínimas de Segurança e Saúde a aplicar nos Estaleiros Temporários ou Móveis);
- Regulamento Geral sobre o Ruído ();
- Sinalização temporária de Obras e Obstáculos na Via Pública (Decreto-Regulamentar nº 33/88, de 12 de Setembro);
- Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes (Decreto-Lei nº 235/83, de 31 de Maio);
- Regulamento de Estrutura de Betão Armado e Pré-esforçado (Decreto-Lei nº 349-C/83, de 30 de Julho);
- Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais (Decreto-Regulamentar nº 23/95, de 23 de Agosto)
- NP ENV 206 – Betões. Comportamento, produção, colocação e critérios de conformidade;
- NP 2064 (1983) – Cimentos – Definições, classes de resistência e características;
- NP 2065 (1983) – Cimentos – Condições de fornecimento e receção;
- NP EN 124 (1989) – Dispositivos de entrada de sumidouros e dispositivos de fecho de câmaras de visita, para zonas de circulação de peões e veículos;
- NP 253 – Materiais plásticos. Tubos de materiais termoplásticos para transportes de fluidos. Diâmetros exteriores nominais e pressões nominais.
- NP 479 (1982) – Elementos de tubagem. Tubos, válvulas e acessórios. Diâmetro nominal (DN).
- NP 676 (1973) – Rede de Esgotos – Sarjetas. Tipos, características e condições de emprego.
- NP 677 (1973) – Rede de Esgotos – sarjetas. Ensaio de permeabilidade.
- NP 881 (1971) – Rede de Esgotos. Câmaras de visita. Características.

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt

- NP 882 (1971) – Rede de esgotos. Elementos pré-fabricados para câmaras de visita. Características e receção.
- NP 883 (1971) – Rede de Esgotos. Degraus das câmaras. Características e montagem.
- NP 893 (1972) – Rede de Esgotos. Construção e conservação.
- NP 894 (1972) – Rede de Esgotos. Verificação da estanqueidade.
- NP 1372 – Tubos de material de plástico. Uniões. Ensaio de pressão interior.
- NP 1487 (1977) – Tubos de poli (cloreto de vinilo) não plastificado para canalizações de água e de esgoto. Características de receção.
- NP 1985 (1982) Elementos de tubagem. Pressão nominal (DN). Definição.

5.2 – Definição das especificações técnicas

- LNEC E378 – 1996 – Betões. Guia para utilização de Ligantes hidráulicos;
- LNEC E80-1997 – Betumes de Pavimentação. Propriedades. Métodos de Ensaio. Tipos de Betume e correspondentes exigências de conformidade.

6. Diversos

Em tudo o que estiver omisso aplica-se o disposto no DL nº 18/2008 de 29 de Janeiro na redação conferida pelo DL n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, e toda a legislação complementar.

Rua ar de Vasconcelos Correia, 2350-421 Torres Novas | Contribuinte n.º 506 608 972
Telefone 249 839 430 | Fax 249 811 780 | geral@cm-torresnovas.pt | www.cm-torresnovas.pt